

### Ficha Técnica

#### Nome

**Boletim Informativo** 

Um estudo sobre a situação do emprego e salário das pessoas com deficiência – Organização Internacional do Trabalho.

A study on the employment and wage outcomes of people with disabilities – International Labour Organisation (ILO).

## Coordenação Geral Luís Capucha

## Equipa

Gisele Silva, José Nogueira, Lara Querido

#### Data

agosto 2024

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisbo

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Sítio: <a href="http://www.cies.iscte-iul.pt">http://www.cies.iscte-iul.pt</a>



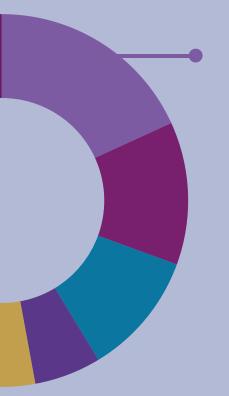
O presente documento, produzido pelo Núcleo de Estudos da Deficiência – Iscte, pretende partilhar, de forma simples e sucinta, os principais resultados do estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho, que envolveu 65 países (contemplando todas as regiões e níveis de desenvolvimento) e que incidiu sobre a situação laboral, rendimentos por hora e certificação da incapacidade das pessoas com deficiência.

O principal objetivo deste estudo é fornecer uma visão internacional da situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho – especialmente em matéria de participação no mercado de trabalho, emprego e desemprego e salários.



Nos países analisados, ter deficiência reduz a participação no mercado de trabalho, em média, 29,0% no caso dos homens e em 20,0% no caso das mulheres.





As pessoas com deficiência têm maior probabilidade de ficarem desempregadas do que as pessoas sem deficiência.



O impacto negativo das deficiências na probabilidade de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho é inferior para as mulheres em países de rendimento médio-elevado [14.0% vs. 20.0%].

As pessoas com deficiência que trabalham dos países em desenvolvimento:



Trabalham frequentemente menos horas, comparativamente às pessoas sem deficiência.



Têm maior probabilidade de serem contratadas ao abrigo de contratos temporários.



Em geral, optam pelo trabalho independente por razões não monetárias, embora não se exclua a possibilidade de motivos relacionados à discriminação patronal, estando mais expostas a situações de informalidade.

Baixo nível de escolaridade dos trabalhadores com deficiência pode explicar, em parte, os seus salários mais baixos.

**32.0%** dos trabalhadores com deficiência são mal pagos, em comparação com apenas 22.0% dos trabalhadores sem deficiência.



Apenas **28.0%** dos trabalhadores com deficiência são "gestores, profissionais e técnicos" em todos os países, em comparação com 38.0% para trabalhadores sem deficiência.

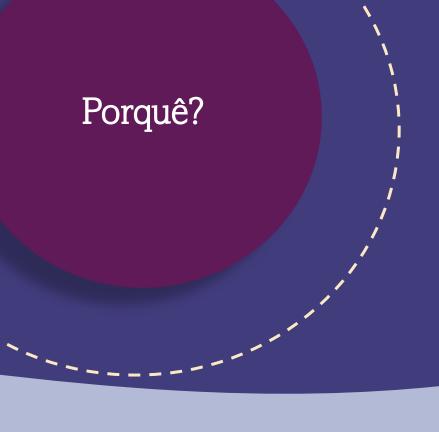




38.0% dos trabalhadores com deficiência ainda não tinham concluído o ensino secundário, face a 28,0% dos trabalhadores sem deficiência.



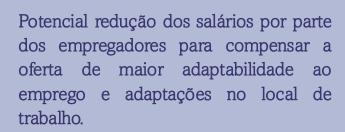
**24.0%** dos trabalhadores com deficiência trabalham em profissões elementares, face a 16.0% de trabalhadores sem deficiência. Em países de rendimentos baixo, esta relação é **42.0%** *vs.* **26.0%**.





Discrepâncias salariais relacionadas com o género, bem como com o tipo de deficiência e/ou discriminação.





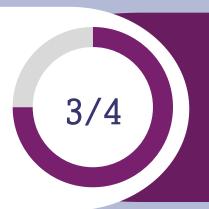


Discrepâncias entre as competências e as exigências dos empregos.



Isenção ou aplicação mais fraca das políticas de salário mínimo para este grupo populacional.

Das disparidades salariais entre trabalhadores com e sem deficiência não são explicadas por diferenças em termos de educação, idade e ocupação



Em média, os trabalhadores com deficiência ganham 12.0% menos por hora do que os seus colegas. As disparidades são mais elevadas nos países de rendimento baixo e médio-baixo (atinge 26.0%, com 11.0% não explicados pelas diferenças sociodemográficas).

Em média, as mulheres com deficiência recebem salários mais baixos do que os seus homólogos masculinos.



As disparidades salariais médias entre homens e mulheres trabalhadores com deficiência em 14 países desenvolvidos (inclusive Portugal) e em desenvolvimento são de 6.0% e 5.0%, respetivamente, a favor dos homens.

Estas disparidades salariais são, no entanto, inferiores às observadas entre os trabalhadores sem deficiência em ambos os grupos de países (13.0% e 9.0%, respetivamente, a favor dos homens).

Aplicação de políticas como a do salário mínimo podem ter um papel importante na redução da discrepância salarial das Pessoas com deficiência.



Em países desenvolvidos, 15% dos trabalhadores com deficiência ganham o salário mínimo ou menos, em comparação com apenas 9.0% dos trabalhadores sem deficiência. Nos países em desenvolvimento, estas quotas são de 44.0% e 33.0%, respetivamente.

# Em conclusão...



A interação de várias políticas, leis e regulamentos, concebidos e implementados em consulta com organizações relevantes, e a adoção de uma perspetiva baseada nos direitos humanos são essenciais para combater as desigualdades enfrentadas pelos trabalhadores com deficiência. No entanto, por ser um processo complexo, os esforços nacionais para harmonizar a legislação com as normas internacionais podem não produzir sistematicamente os resultados esperados.

Estas disparidades, contudo, não parecem ser explicadas somente por características individuais e competências educacionais, experiência ou tipo de ocupação. São provavelmente também resultado de vários outros fatores como limitada provisão de acomodações de trabalho, a maior flexibilidade oferecida pelo trabalho independente e discriminação contra as pessoas com deficiência.

Ananian, S., Dellaferrera, G., 2024. A study on the employment and wage outcomes of people with disabilities, ILO Working Paper 124 (Geneva, ILO). <a href="https://doi.org/10.54394/YRCN8597">https://doi.org/10.54394/YRCN8597</a>

